

## Introdução

Cumprem-se agora vinte e cinco anos da institucionalização e integração na Universidade de Lisboa do Gabinete de Investigações Sociais (GIS), sob o nome de Instituto de Ciências Sociais. A Imprensa de Ciências Sociais junta-se às comemorações da importante efeméride através da publicação desta *Antologia*. Nela se reúnem artigos publicados na revista *Análise Social* por parte dos membros do GIS que viriam a formar, em 1982, o primeiro quadro de investigadores do novo Instituto. Os trabalhos seleccionados representam a melhor justificação científica da importância da criação do Instituto na Universidade de Lisboa.

O Gabinete de Investigações Sociais foi criado em 1962, integrado no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), onde a maior parte dos membros fundadores se formara e alguns ensinavam. Desde logo foi claramente definido o objectivo do novo Gabinete, a saber, «o estudo e a formação universitária no domínio dos problemas sociais»<sup>1</sup>. A direcção foi assegurada por Adérito Sedas Nunes, sob a necessária protecção institucional de José Pires Cardoso, professor do ISCEF e procurador à Câmara Corporativa, com uma muito breve passagem pelo governo na pasta do Interior (1958). Pires Cardoso fora desde a fundação, em 1949, director do Gabinete de Estudos Corporativos, que se extinguiria em 1961 para dar lugar ao GIS.

Os primeiros investigadores do GIS foram Alfredo de Sousa, Mário Murteira, Raul da Silva Pereira e Mário Pinto, a quem viriam a juntar-se Mário Cardoso dos Santos e Manuela Silva. Eram economistas, na sua maioria, preocupados com questões sociais, e muitos tinham passado pela Juventude Universitária Católica e pelo Gabinete de Estudos Corporativos. No âmbito de uma estratégia de crescimento, em 1966 foi formado junto do GIS o Grupo de Bolseiros de Sociologia da Fundação Calouste Gulbenkian. Esse grupo incluía José Carlos Ferreira de Almeida, Ângelo Correia, Maria Eduarda Cruzeiro, Vítor Matias Ferreira, José David Miranda, Eduardo de Freitas e Marinús Pires de Lima. Um novo crescimento teve lugar a partir de finais da década de 1960, com o sucessivo recrutamento de Joaquim Aguiar, João Ferreira de Almeida, Manuel Luís Marinho Antunes, Sérgio Lopes, José Madureira Pinto, José Manuel Rolo, Maria de Lourdes Lima dos Santos, António Teixeira de Sousa e Vasco

---

<sup>1</sup> «Apresentação», in *Análise Social*, n.º 1, 1963, p. 3.

Pulido Valente. Emergia então uma nova geração de licenciados de áreas distintas, esbatendo-se, definitivamente, a prevalência da economia.

A parte mais importante da investigação produzida pelos investigadores do GIS viria a ser albergada nas páginas da *Análise Social*. Criada em 1963, foi desde o início apresentada como «uma revista de estudos sociais, onde os problemas ser[iam] tratados sob a preocupação da objectividade e à luz de um critério científico», e, simultaneamente, como «uma revista de informação»<sup>2</sup>. No Portugal dos princípios dos anos 1960, a referência a «problemas sociais» como objecto de estudo científico significava abarcar temas como o desenvolvimento económico, o trabalho, a educação ou a habitação. Já a expressão «estudos sociais» possuía uma conotação que se aproximava de níveis doutrinários ou filosóficos, particularmente nos meios culturais em que a maioria dos membros do Gabinete tinha sido formada. Combinados com a «preocupação da objectividade e à luz de um critério científico», a realização de estudos sociais remetia, do ponto de vista metodológico, para disciplinas que então eram praticamente desconhecidas em Portugal, entre as quais pontificava a Sociologia. Esta designação, que ao regime não agradava demasiado, só viria a ser aplicada a uma licenciatura na universidade pública, em Portugal, após 1974. Seria no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em substituição da licenciatura em Ciências do Trabalho, que havia sido criada em 1972<sup>3</sup>.

A melhor forma de se analisar a evolução dos interesses da investigação levada a cabo no GIS é percorrendo os artigos da *Análise Social* e, em particular, aqueles que foram reunidos nos vários números temáticos que a revista publicou. Logo em 1964 surgiu um número temático de grande importância e que tinha como objectivo analisar os *Aspectos Sociais do Desenvolvimento em Portugal* (n.ºs 7-8). Este número duplo inscrevia-se nas comemorações do 50.º aniversário do ISCEF, assinalava o início da execução do Plano Intercalar de Fomento (1965-1967) e trazia à discussão variáveis sociais até então pouco consideradas nas políticas de desenvolvimento do país<sup>4</sup>. Dois novos volumes viriam a publicar-se com objectivos semelhantes, nomeadamente, em 1965, *Sociologia e Planeamento* (n.ºs 9-10) e, em 1969, *O Desenvolvimento em Portugal. Aspectos Sociais e Institucionais* (n.ºs 27-28). Estes trabalhos já se estendiam por um leque mais vasto de problemas, até porque a conjuntura política se havia aligeirado temporariamente, mas a preocupação de fundo de análise dos temas sociais continuava, justamente, a predominar<sup>5</sup>.

Entretanto, no ano de 1968 foram publicados pela revista do GIS dois números especiais sobre a *Universidade na Vida Portuguesa*. Tratava-se de enfrentar aquele que era considerado um dos problemas mais importantes para o avanço das ciências sociais em Portugal e que, afinal, era uma das batalhas mais importantes para Sedas

---

<sup>2</sup> *Ibid.*, pp. 3-4.

<sup>3</sup> Cf.: A. Sedas Nunes, «Histórias, uma história e a História: sobre as origens das modernas ciências sociais em Portugal», in *Análise Social*, n.º 100, 1988, pp. 45-47, e Augusto da Silva, «A sociologia em Évora», in *Economia e Sociologia*, n.º 62, 1996, pp. 111-120.

<sup>4</sup> Cf. «Nota preliminar», in *Análise Social*, n.ºs 7-8, 1964, pp. 403-404.

<sup>5</sup> Cf. «Nota prévia», in *Análise Social*, n.ºs 27-28, 1969, pp. 327-328.

Nunes. Os volumes foram dirigidos por ele e constituiriam a principal expressão dos projectos de investigação desencadeados pelo já referido Grupo de Bolseiros de Sociologia. Para o principal impulsionador do Gabinete, tratava-se de retomar uma antiga preocupação, mas agora numa perspectiva distinta, com outros recursos e instrumentos<sup>6</sup>. Os trabalhos assim reunidos formaram uma incontornável obra sobre a universidade em Portugal<sup>7</sup>.

Com o aumento da qualidade da investigação, a *Análise Social* pôde ganhar um pendor cada vez mais disciplinar, não deixando, todavia, de abarcar contribuições para além da sociologia. Mas o mote da revista, e da investigação no GIS, continuaria a ser o do estudo da realidade portuguesa contemporânea. Esse objectivo foi então claramente assumido, pois a revista devia alargar o «cunho sociológico, sem, no entanto, a desviar do seu interesse fulcral pelos problemas sociais»<sup>8</sup>. Esta fase de consolidação sociológica seria seguida no GIS por uma fase de renovada abertura disciplinar e isso, mais uma vez, ficaria marcado nas páginas da revista. Em 1972, a *Análise Social* publicava um número especial dedicado à metodologia e epistemologia das ciências sociais, onde se afirmava a efectiva «pluridisciplinaridade» do GIS, «aspirando embora a realizar a interdisciplinaridade»<sup>9</sup>. Esta distinção não é, evidentemente, fortuita e marcava claramente a consciência sobre as dificuldades do trabalho interdisciplinar. O mesmo volume incluía, essencialmente, artigos de membros do GIS, cuja investigação se havia entretanto expandido para novas áreas, como a história e a ciência política. Se, por um lado, é muito evidente a relação directa com números temáticos anteriores, particularmente o de 1965, também é notória a profunda evolução do GIS entretanto verificada.

Os números especiais seguintes resultariam de colóquios organizados pelo GIS depois do 25 de Abril de 1974, tendo como temas *O Século XIX em Portugal* (1979, n.ºs 61-62) e *O Movimento Operário em Portugal* (1981, n.ºs 67-68-69). Por essa altura, os quadros do GIS tinham sido profundamente renovados. Do grupo inicial, mantinham-se Adérito Sedas Nunes, que em 1973 substituíra José Pires Cardoso na direcção da *Análise Social*, e Mário Murteira. Depois, entrariam José Barreto, Fátima Patriarca, Manuel de Lucena, Manuel Villaverde Cabral e Maria Filomena Mónica. No final da década de 1970 juntavam-se ainda António Barreto, Jaime Reis, Luís Salgado de Matos, Manuel Braga da Cruz e Miguel Esteves Cardoso, este último com uma passagem breve pelo Gabinete. Uma parte importante destes novos investigadores havia feito as suas dissertações de doutoramento no estrangeiro, o que seguramente

<sup>6</sup> Cf.: Adelino Gomes, «A JUC, o jornal *Encontro* e os primeiros inquéritos à juventude universitária. Contributos para a história das modernas ciências sociais em Portugal», in *Sociologia – Problemas e Práticas*, vol. 49, 2005, pp. 95-115, e Nuno Estêvão Ferreira, *A Sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, pp. 206-209.

<sup>7</sup> Cf. A. Sedas Nunes, «Histórias, uma história e a História: sobre as origens das modernas ciências sociais em Portugal», in *Análise Social*, n.º 100, 1988, pp. 29-35.

<sup>8</sup> «Apresentação», in *Análise Social*, n.ºs 9-10, 1965, p. 3.

<sup>9</sup> Cf. A. Sedas Nunes, «Nota prévia», in *Análise Social*, n.ºs 35-36, 1972, p. 491, v. também «Análise Social, 2.ª série», in *Análise Social*, n.º 33, 1972, pp. 5-9.

*Portugal em Análise. Antologia*

marcou a vida do GIS, então e nos anos que se seguiram. Finalmente, com a criação do Instituto de Ciências Sociais, em 1982, juntar-se-iam Ana Nunes de Almeida, Edgar Rocha, Fátima Bonifácio e Joaquim Manuel Nazareth.

Estes desenvolvimentos foram mais uma vez de imediato seguidos por dois novos volumes temáticos da revista, em 1982 e 1983, versando *A Formação de Portugal Contemporâneo* (n.ºs 72-73-74 e 77-78-79). O novo Instituto era agora formado por um corpo considerável de investigadores, com preocupações alargadas, no âmbito da investigação em ciências sociais, e isso traduziu-se no avolumar da obra publicada. O centro das atenções continuava a ser Portugal, já não apenas nos seus aspectos de desenvolvimento social ou económico, mas também nos problemas de análise política, cultural, histórica, da sociologia do trabalho e de outras áreas. Essas preocupações transparecem de modo extremamente claro na *Antologia* que agora se publica e que capta a vida científica nesse momento crucial de viragem da vida do Instituto.

De 1982 aos nossos dias passaram-se vinte e cinco anos de franco desenvolvimento da investigação sobre os problemas da sociedade portuguesa. Nos corredores do Instituto nota-se logo alguma preocupação quando se descobrem áreas da sociedade portuguesa que não são devidamente cobertas pelas investigações nele levadas a cabo e rapidamente alguém se propõe colmatar a falha. A essa preocupação se tem juntado a de se estudar também o espaço da lusofonia. Esta curiosidade de investigação tem uma vantagem adicional: é que o bom conhecimento do que se passa em Portugal fornece a melhor base para se lançar definitivamente o Instituto na próxima etapa, a da internacionalização da investigação.

Resta-nos agradecer à Fundação Calouste Gulbenkian o generoso subsídio concedido à publicação desta *Antologia*. Trata-se de um gesto que nos ultrapassa e que deve ser inserido na longa e forte relação existente entre a Fundação e o Instituto, relação que foi várias vezes crucial para a vida do GIS e do ICS, que se lhe seguiu.

PEDRO LAINS  
NUNO ESTÉVÃO FERREIRA